

Por Manuel Matos (\*)

O Open Banking, regulamentado e implementado pelo Banco Central do Brasil desde 2021, provocou uma profunda transformação no mercado financeiro ao permitir o compartilhamento consentido de dados entre instituições financeiras. Este modelo gerou impactos significativos em termos de competitividade, inovação e oferta de serviços personalizados.

A regulamentação detalhada e as fases bem definidas para liberação de dados cadastrais, transacionais e iniciação de pagamentos garantiram adesão robusta das instituições financeiras e alto nível de conformidade regulatória.

O uso de APIs padronizadas, interoperáveis e seguras, com ênfase em consentimento explícito do cliente e criptografia avançada, constituiu a base tecnológica essencial para o sucesso dessa iniciativa. O resultado prático dessa transformação são fintechs oferecendo crédito mais acessível, plataformas agregadoras de informações financeiras e maior autonomia para consumidores gerenciarem suas finanças.

A evolução lógica do Open Banking é o Open Finance, uma ampliação do conceito para além das instituições bancárias tradicionais. Sob um mesmo arcabouço regulatório, o Open Finance inclui setores como crédito, seguros, investimentos e previdência, visando criar um ecossistema financeiro abrangente e integrado. Este modelo possibilita, por exemplo, que usuários realizem contratações e gestão de seguros e créditos dentro de um único aplicativo, aproveitando dados compartilhados de forma segura entre diferentes provedores.

No entanto, a efetivação plena do Open Finance encontra desafios substanciais, especialmente devido à heterogeneidade tecnológica e regulatória presente entre os setores envolvidos. O segmento de seguros destaca-se como particularmente desafiador, dada sua menor maturidade digital comparada ao setor bancário.

Nesse contexto, o Open Insurance emerge como componente estratégico fundamental para a plena implementação do Open Finance, promovendo o compartilhamento consentido de dados sobre apólices, sinistros e coberturas com o objetivo de oferecer produtos altamente personalizados e agilizar processos de contratação.

Contudo, as seguradoras brasileiras enfrentam obstáculos significativos, incluindo a dependência de sistemas tecnológicos legados, incompatibilidade com APIs modernas, e ausência de padronização em processos e formatos de dados. Soma-se a isso o desafio da menor capacitação técnica das equipes em comparação ao setor bancário. Apesar do apoio regulatório da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a adoção prática do Open Insurance avança lentamente, revelando uma clara disparidade tecnológica entre bancos e seguradoras.

As origens dessa defasagem tecnológica estão intimamente ligadas à natureza das operações dos setores financeiros e de seguros. Bancos investiram continuamente em modernização digital, impulsionados por uma alta frequência de transações digitais que exigem automação, inteligência artificial e análise avançada de dados.

Em contrapartida, seguradoras enfrentam menor pressão por digitalização imediata, mantendo processos críticos, como avaliação de sinistros, frequentemente realizados de forma manual ou semi-automatizada. Esta realidade é particularmente evidente em seguradoras de menor porte, limitadas por restrições financeiras e tecnológicas.

Nesse cenário, as Sociedades Processadoras de Ordem do Cliente (SPOCs) desempenham um papel imprescindível como aceleradoras da transformação digital no setor de seguros. Funcionando como hubs tecnológicos, as SPOCs simplificam a complexidade das integrações entre seguradoras e outros atores financeiros, permitindo que empresas com infraestruturas tecnológicas limitadas

possam participar efetivamente do ecossistema de Open Finance.

Elas oferecem uma camada de abstração tecnológica ao gerenciar APIs, consentimentos e transações, facilitando, por exemplo, o desenvolvimento de wallets de apólices e iniciação de contratação de seguros diretamente de outros aplicativos, mesmo para seguradoras com infraestruturas mais básicas. Para que as SPOCs cumpram integralmente seu papel estratégico, é fundamental desenvolver um framework padronizado de dados para o setor de seguros, assegurando interoperabilidade e eficiência no compartilhamento das informações.

Visando que o Open Insurance alcance níveis equivalentes ao sucesso do Open Banking e para que o Open Finance se estabeleça plenamente, é necessária uma ação coordenada. As seguradoras devem investir na modernização de seus sistemas tecnológicos e capacitação técnica das equipes. As SPOCs precisam ampliar parcerias estratégicas para atender um número crescente de seguradoras. Adicionalmente, o papel do Banco Central e da Susep será essencial na definição de diretrizes claras, metas realistas e na construção colaborativa de um framework regulatório e tecnológico adequado.

Experiências internacionais, como a bem-sucedida implementação no Reino Unido, demonstram que a colaboração estreita entre reguladores, seguradoras, instituições financeiras e hubs tecnológicos é fundamental para acelerar o desenvolvimento e implementação do Open Insurance. Com esforço coordenado e estratégico, estima-se que o Open Insurance poderá alcançar a maturidade tecnológica e operacional do Open Banking em um horizonte de dois a quatro anos, contribuindo significativamente para um ecossistema financeiro mais integrado, competitivo e centrado no consumidor.

Para seguradoras que buscam protagonizar essa transformação digital e superar rapidamente os desafios tecnológicos, a SPOC Open Power oferece uma solução prática e eficaz. Atuando como laboratório especializado, a Open Power possibilita às seguradoras testar, aprimorar e implementar soluções de Open Insurance em um ambiente seguro e controlado, acelerando sua jornada rumo à inovação e liderança no mercado. Entre em contato para conhecer como podemos ajudar sua seguradora a fazer parte do futuro do Open Finance.

(\*) **Manuel Matos** é 1º vice-presidente da Fenacor, delegado do Sincor-SP e um dos idealizadores que introduziu os corretores de seguros na oferta de certificados digitais no Brasil. Também é coordenador do Comitê Open Insurance da Camara-e.net, entidade que presidiu durante cinco anos, fundador da Via Internet Insurance Consulting, uma das empresas pioneiras da Internet no País, e idealizador do GuiaOpen.

**Fonte:** GuiaOPEN, em 30.06.2025